



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Serviço social, fundamentos, formação e trabalho profissional

EaD e formação profissional em Serviço Social: implicações e desafios

Flávia Saragiotto Magalhães do Valle¹
Mariana Teodoro de Sousa²

Resumo: Partindo de uma revisão bibliográfica orientada pelo método materialista histórico dialético, o presente trabalho traz à baila a discussão sobre os impactos do Ensino à Distância (Ead) na formação do Assistente Social e sua incidência na prática profissional, partindo de uma compreensão do ideário neoliberal instaurado no Brasil a partir da década de 1990. Neste sentido, observamos que o neoliberalismo encontra no mercado educacional uma forma de construir um apassivamento profissional frente à barbárie, suscitando a necessidade do Serviço Social reafirmar a perspectiva teórico-crítica hegemônica.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Formação Profissional; Serviço Social; EaD

Distance learning and professional training in Social Work: implications and challenges

Abstract: Starting from a bibliographical review guided by the dialectical historical materialist method, this work brings to the fore the discussion on the impacts of Distance Learning (EAD) on the training of Social Workers and their impact on professional practice, starting from an understanding of the ideology neoliberalism established in Brazil from the 1990s onwards. In this sense, we observe that neoliberalism finds in the educational market a way of building professional dispassion in the face of barbarism, raising the need for Social Work to reaffirm the hegemonic theoretical-critical perspective.

Keywords: Neoliberalism; Professional qualification; Social Service; EaD.

Introdução

Compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais e suas particularidades (Guerra, 2009, p. 06), neste sentido, concordamos com Behring (2008) ao dizer que os processos de “reforma” do Estado contidos nos planos de ajuste estrutural só podem ser apreendidos através do contexto das transformações mais profundas engendradas no mundo do capital, em especial a partir dos anos 1970 (Behring, 2008 *apud* Sousa, 2023).

Desde sua instauração como sistema econômico mundial, o capitalismo estruturou maneiras de pensar e observar a realidade que coadunam com suas necessidades mais particulares, hoje compreendidas como categorias e formas de dominação que andam conforme as necessidades historicamente localizadas do capital. Logicamente isto sempre

¹ Mestranda em Serviço Social pela Unesp-Franca. Assistente Social pela Unesp-Franca. Membro do Grupo de Estudos Marxistas (GPEM). Bacharela em História pela FFLCH-USP. Licenciada em História pela FE-USP. Contato: flavia.valle@unesp.br

² Mestranda em Serviço Social pela Unesp-Franca, bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Mundo do Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (GEMTSS). Contato: teodoro.sousa@unesp.br

reverbera na classe trabalhadora, que é afetada diretamente pelos mecanismos para melhoria da taxa de lucro do capital.

Neste sentido, como aponta Behring (2008), houve, na década de 1970, uma resposta contundente do capital à queda das taxas de lucro requisitando um arsenal de medidas político-econômicas que permitisse assegurar a continuidade da extração de mais-valia em patamares cada vez mais elevados, construindo novos contornos para a crise capitalista. Com o intuito de assegurar as taxas de rentabilidade do capital, o capitalismo assumiu sua nova face: o neoliberalismo e seu reordenamento político-econômico, instaurando um arcabouço econômico que trará consigo um caráter de ajuste fiscal permanente, abrindo um processo de regressão aos direitos sociais e políticas públicas conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora, a fim de criar as bases necessárias para sua implementação e expansão.

Assim, o atual estágio do capital determinou novas formas de reprodução da força de trabalho, ocasionando mudanças no conjunto da classe trabalhadora em todos os âmbitos de sua vida social, podendo ser traduzidos nos diversos processos de flexibilização, privatização e focalização, reverberando no sucateamento das instituições públicas que versam sobre o acesso de trabalhadores à direitos constitucionalmente preconizados. Aqui iremos nos atentar aos rebatimentos no ensino superior público e a entrada do Ensino à Distância (EaD) no mercado educacional.

Lançando luz ao debate da formação acadêmica-profissional de Assistentes Sociais, no atual contexto de intensa precarização do ensino superior público juntamente com a proliferação de unidades de ensino privadas, observamos a incompatibilidade nos imperativos da educação mercantilizada imposta pela contrarreforma do Estado (1990) e as condições necessárias para uma formação em Serviço Social alinhada com as diretrizes curriculares (1996).

A profissão de Serviço Social assistiu, a partir dos anos 1990, a um explosivo processo de expansão de seus cursos de graduação, majoritariamente privados e inseridos em instituições não-universitárias, acompanhando as características do movimento expansionista do ensino superior brasileiro (Lima; Pereira, 2012, p.11).

A criação de cursos na área de Humanidades, como o curso de Serviço Social responde à necessidade de formação de intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista (Lima; Pereira, 2012, p.11), que desenvolva respostas profissionais alinhadas a racionalidade neoliberal - se tratando em matéria de Serviço Social, essas respostas se traduzem em intervenções que descaracteriza a perspectiva crítica e hegemonicamente consolidada na profissão através de seus aparatos legais (Lei

de Regulamentação, Código de Ética, Projeto Ético-Político, Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO).

Diante deste cenário de precarização da formação profissional crítica, o presente trabalho tem como objetivo apresentar considerações sobre a intensificação da neoliberalização e seus rebatimentos na formação profissional da(o) Assistente Social, nos levando a lançar luz aos imperativos da contrarreforma do Estado brasileiro. Coadunamos com Netto (2009), ao afirmar que o “objetivo do pesquisador é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica - é apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto”. Neste sentido, buscando garantir a criticidade e fazendo coro com o rigor contido no desenvolvimento das Ciências Sociais Aplicadas e do Serviço Social, o presente trabalho irá se debruçar através do método materialista histórico-dialético.

Assim, para obter os resultados e respostas acerca da problematização presente neste artigo, será utilizado a abordagem qualitativa, partindo da pesquisa bibliográfica. Objetivando a construção de uma leitura crítica sobre a formação profissional em Serviço Social, o trabalho será organizado em dois eixos seguidos das considerações finais que não visa encerrar o debate, mas trazer considerações acerca da realidade brasileira para que possamos, coletivamente, traçar estratégias frente aos desafios postos pelo neoliberalismo na sociedade atual.

Desenvolvimento

1.1. O novo que nasce velho: contrarreforma do Estado e neoliberalismo.

Quando o capital mergulha em seu contexto de crise, suas motivações não ocorrem por forças de elementos acidentais ou circunstanciais de uma dada conjuntura, mas por efeito de uma lei - a lei da queda tendencial da taxa de lucro (Carvalho, 2007), em curso no centro do capital desde a década de 1970. Sendo o Brasil um país da periferia do capitalismo, as imposições econômicas dos organismos internacionais se alastraram no território a partir da década de 1990, através, principalmente, do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995).

Elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), coordenado por Bresser Pereira durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), a contrarreforma do Estado incorreu em uma reorientação do aparelho estatal, voltando sua atuação para a manutenção dos fluxos financeiros via venda de títulos da dívida pública (Sousa, 2023), com forte preponderância da burguesia rentista.

Assim, para garantir as bases da reestruturação produtiva, o Estado teve que construir aparatos que demonstrem sua capacidade de garantir a manutenção das taxas de juros através da refuncionalização orçamentária, estruturando em seio social a concepção de um aparelho estatal oneroso, com grandes gastos no campo social, desestabilizado (Sousa, 2023), evidenciando seu caráter essencialmente anticonstitucional, ou seja, de desarticulação dos direitos e políticas públicas preconizados pela Constituição de 1988.

O Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro (Iamamoto, 2010, p.123), traduzindo as demandas financeiras em políticas nacionais e inevitáveis - dando corpo a racionalidade neoliberal.

O neoliberalismo, nesse sentido, se configura como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro do qual se situa a contra-reforma do Estado (Behring; Boschetti, 2011, p.129) quer dizer, dentro do quadro de estratégias para manutenção da taxa de lucro e acumulação de capital, o neoliberalismo se traduz em um conjunto de medidas materiais e subjetivas de contorno a crise, expressando um momento histórico do capitalismo que requer novas formas de gestão da aparelho do Estado (Sousa, 2023).

O escopo neoliberal lança luz à busca incessante pelo superávit primário que impõe na política econômica brasileira um quadro de ajuste fiscal permanente, levando a uma brutal captura do fundo público em detrimento do financiamento em áreas centrais como educação, segurança, saúde e previdência social. Neste cenário,

O projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, à política social e à política econômica, em especial as dotações orçamentárias. Observa-se uma inversão e subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias - vistas como um dado não possível de questionamento - que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais implicados na seguridade, justificando as prioridades governamentais (Iamamoto, 2010, p.149).

O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise mais profunda, impõe novas configurações nas relações público/privado (Guerra, 2010), nos conduzindo a olhar os contornos dados à educação superior no Brasil. Nesse sentido, a partir de 1990 a universidade passa a ser alocada no rol de serviços não exclusivos do Estado.

O significado disso é que, juntamente com hospitais, centros de pesquisas, museus, a educação: a) deixa de ser concebida como um direito e passa a ser considerada um serviço; b) deixa de ser considerada um serviço público e passa a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (Guerra, 2010).

Para viabilizar a entrada do capital privado na educação e dar concretude ao novo modelo educacional o governo FHC, como aponta Anselmo; Nóbrega; Araújo (2019)

realizou a “venda de serviços educacionais” por meio da oferta de cursos pagos, criando parcerias entre as universidades públicas e empresas com vistas a realizar consultorias e criando mestrados profissionalizantes, reconfigurando toda lógica do ensino superior brasileiro, de acordo com as determinações da contrarreforma do Estado (Anselmo; Nóbrega; Araújo, 2019, p.04).

O conceito de educação institucionalizado, se torna aquele que atende as orientações do Banco Mundial, sendo que democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada (Guerra, 2010) em instituições de ensino superior, sem que se considere a qualidade deste ensino. Cabe ressaltar que tais transformações não se limitaram ao governo FHC, resultando em seu aprofundamento nos dois mandatos do governo Lula (2003 - 2011) e Dilma (2011 - 2016)³, através de medidas como:

o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a lei que trata da parceria entre o público e o privado é ampliada e se estende pelas áreas sociais e de infraestrutura, incluindo a área da educação superior que tem como maior exemplo de parceria público-privado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que foi criado no ano de 2004 com o intuito de conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Fato que fortaleceu o setor privado e, conseqüentemente, respondeu aos interesses da classe dominante (Anselmo; Nóbrega; Araújo, 2019, p.05).

As políticas neoliberais reconfiguraram a compreensão social de universidade pública, passando por ataques frontais a sua concepção de direito até ao brutal sucateamento orçamentário, forjando um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior (Guerra, 2010). Os discursos contra a Universidade Pública e mesmo sob seus estudantes vem se intensificando paulatinamente. Contra as humanidades o discurso é ainda mais ferrenho, por não produzirem “nada concreto” e palpável, e sim "apenas" conhecimento: a mídia difunde que são filhos das elites, que não deveriam estar na Universidade Pública se possuem condições de pagar, há fake news sobre uma suposta militância de gênero, contra a família e a favor das drogas. Tais alegações foram muito presentes inclusive nas campanhas e governo de Bolsonaro. O intuito do neoliberalismo é exatamente

³ A partir do Golpe de 2016, com a chegada de Michel Temer na presidência e posteriormente, Jair Bolsonaro, ocorre uma intensificação do desmantelamento da Universidade Pública em duas frentes: i) o ataque a sua representação social, criminalizando o corpo docente e discente; ii) o saque ao orçamento das universidades. Chamamos atenção para dois momentos: i) a PEC nº 95/2016 que congela os gastos nas áreas de educação, saúde e previdência social por 20 anos, durante o governo Temer; ii) a intervenção Federal nas reitorias das universidades públicas e o alto percentual de corte orçamentário, durante o governo Bolsonaro.

descredibilizar as universidades públicas para a inserção do mercado privado educacional, que é cada vez mais aliado ao Estado.

De maneira complementar ao desmonte do ensino superior público, ocorre a expansão do ensino à distância ofertado por grandes representantes do capital nacional e internacional, popularmente conhecido como EAD. Nas instituições EADs, compreendidas como “fábricas de diplomas”, ocorre a proliferação de uma formação mecanizada, destituída de sua criticidade e naturalizada enquanto mercadoria.

Há uma tendência a desprezar a teoria e o conhecimento científico ao tempo que valoriza apenas a capacidade técnica dos indivíduos, podendo desencadear um processo de aprofundamento da alienação, visto que os indivíduos deixam de se apropriar dos conhecimentos científicos, “fabricando” trabalhadores polivalentes, competitivos, empreendedores individualistas que precisam se adaptar e assimilar as exigências do mercado de trabalho sem questionar. Portanto, um perfil profissional que seja capaz de atuar em diferentes funções e áreas funcionais às determinações capitalistas, ou seja, um trabalhador que seja flexível e descartável, que responda e se adapte às demandas do mercado de trabalho e que naturaliza o modelo de produção capitalista como algo inevitável e insuperável (Anselmo; Nóbrega; Araújo, 2019, p.04).

Ao que compete a formação profissional do (da) Assistente Social, as diretrizes curriculares preconizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em vigor desde 1996, se mostram incompatíveis com a proliferação do modelo educacional mercantilizado e a distância, comprometendo não só a o modelo de educação defendido pelo conjunto da profissão como também o perfil de Assistente Social alinhado ao PEP (Projeto Ético-Político).

Com o agravamento das expressões da Questão Social e o adensamento da racionalidade neoliberal, os interesses institucionais impõem ao (a) Assistente Social uma forma de intervenção profissional pontual, autonomizadas e isoladas junto às famílias, práticas terapêuticas, ações de responsabilidade individual e/ou social (Guerra, 2010), conduzindo a um fazer profissional alienante e alienada.

Frente a estes desafios, as respostas profissionais dos Assistentes Sociais dependem de um aparato educacional que propicie o desenvolvimento do domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo fundamentados em uma compreensão crítica da realidade, sendo necessário um resgate e fortalecimento da teoria crítica marxiana hegemônica na profissão - nos levando a analisar os desafios colocados a formação e atuação profissional em um cenário de expansão da oferta de cursos a distância.

1.2 Desafio na formação e atuação profissional em tempos de EaD

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, conhecida como “Constituição Cidadã”, que representa um marco na garantia de direitos à população. Fruto da luta legítima e coletiva da sociedade contra o autoritarismo e a favor dos direitos e liberdades. Pela primeira vez temos direitos direcionados a populações vulneráveis como trabalhadores (as) rurais, população indígena, população negra e demais minorias sociais. Com as mudanças sociais sucedidas na década de 1980, temos novas discussões internas da profissão. Segundo Netto (1999):

Entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (Netto, 1999, p.13)

Nos anos 1990, o Serviço Social consistia em uma profissão delineada com embasamento teórico metodológico e Diretrizes Curriculares vinculados à formação crítica, formuladas a partir de amplos debates democráticos internos na profissão. Ou seja, temos todo o contexto favorável para a efetivação de direitos da população, tendo a figura do (da) Assistente Social como central nesse contexto. Contudo, o revés na profissão se inicia na mesma década, com a paulatina implementação do modelo econômico neoliberal no Brasil. Houve um breve respiro de direitos à classe trabalhadora no final da década de 1980, e o que vemos gradualmente é a realidade objetivamente posta da perda de direitos, diminuição do padrão de vida do trabalhador, terceirização, aumento do desemprego, da desigualdade e pobreza. O contexto social entra em declínio, e essa é a nova realidade em que o (a) Assistente Social, apesar de sua pretensão emancipatória, passa a trabalhar.

A neoliberalização das relações de trabalho se intensifica paulatinamente e perpassa por toda a sociedade brasileira. É brutal com a classe trabalhadora no geral, inclusive com a categoria dos (das) Assistentes Sociais. A precarização do trabalho no categoria é visível em: realização de pregões eletrônicos que visa contratar o profissional que cobra o menor valor, terceirizações através de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS), e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), a criação de bancos de peritos na área sociojurídica, o teletrabalho estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (resolução INSS n. 681, 2019, p. 8-9) e demais artifícios para a terceirização que afetam profundamente o complexo CRAS-CREAS e os Centros Pops (Raichelis, 2020, p. 25-28).

Santana e Silva (2020) elucidam sobre a constante neoliberalização na profissão:

A novidade é que esta tendência tem deixado de ser exceção para se constituir na regra para a compra de trabalho profissional. As tradicionais formas de contratação laboral sustentadas em concursos públicos responsáveis por contratos de trabalho mais sólidos e protegidos, têm sido substituídas por formas que radicalizam a precarização e a flexibilização em todas as esferas da vida social: intensificação da terceirização e da contratação temporária por projeto/atividade na direção da prestação de serviços cada vez mais "uberizados", fragmentados, com péssimas condições de trabalho, mais impessoais, mal pagos e sem direitos. (Santana; Silva, 2020, p. 364).

O (a) Assistente Social se depara com a neoliberalização em todas as categorias possíveis: em suas próprias relações de trabalho, nas relações de trabalho precarizadas da população atendida e cada vez mais presente também em sua profissionalização. O Ensino a Distância (EADs) é uma realidade no Serviço Social desde finais dos anos 1990. No formato digital, a formação deixa de ser crítica ao sistema capitalista para se tornar exatamente o que condena: essencialmente mercadológica. Os currículos são flexibilizados, sem efetivar a base da profissão com o tripé ensino, pesquisa e extensão. (Silva; M.L.O, 2019, p. 74). De acordo com Iamamoto (2017), "isto ocorre em um contexto no qual o ensino superior passa a ser visto como um "negócio educativo", e não como um direito social" (Iamamoto, 2017, p. 32).

Os (as) Assistentes Sociais que se formam por EADs concluem sua graduação com o potencial de operacionalizar as políticas públicas, todavia sem compreender elementos essenciais da sociedade do capital, como: o motivo pelos quais elas são necessárias, a formação social, racial e territorial do país, a neoliberalização da economia e a formação de sua classe trabalhadora. Sem esses conhecimentos essenciais, esses profissionais passam a reproduzir o conservadorismo, que cada vez ganha mais força na profissão. A leitura da sociedade e criticidade do (da) Assistente Social é fundamental em seu exercício profissional, é justamente essa peça fundamental vem sendo desprezada em detrimento dos lucros dos grandes conglomerados educacionais.

A realidade atual é que as condições objetivamente postas do (da) Assistente Social vão na direção oposta de seu Projeto Ético-Político Profissional e Código de Ética. Sendo assim, o profissional é obrigado a trabalhar em ambientes com recursos insuficientes que não garantem os direitos básicos nem a si e muito menos a população atendida.

Iamamoto relata quais são as atuais condições de trabalho do profissional de Serviço Social:

Registra-se a carência de arquivos com chaves para a guarda de material sigiloso; as salas são inadequadas, com a presença de outras pessoas no ambiente de entrevistas reservadas que afetam o direito ao sigilo profissional do cidadão atendido pelo assistente social no que se refere à sua individualidade, o que deve ser respeitado no trabalho interdisciplinar. Constata-se em muitas das entidades empregadoras ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador, impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais) (Iamamoto, 2017, p.29).

O problema é mais profundo: além da forte presença dos cursos de Serviço Social em EADs, temos também o sucateamento das universidades de excelência na área já existentes. A educação pública é cada vez mais precarizada e desprestigiada intencionalmente pelo capital, há poucas bolsas de pesquisas e as políticas inclusivas e de permanência estudantil são insuficientes. Somados a isso, temos a privatização do financiamento estudantil, a destruição de e criminalização dos espaços formativos críticos, que são vistos como um gasto alto e desnecessário numa sociedade que carece de tantos elementos essenciais (justamente devido a economia liberal adotada pelos governos). A precarização do ensino serve como uma luva ao capital: ao mesmo tempo em que gera elevado lucro ao capital privado, forma profissionais acrílicos que são necessários para a manutenção e reprodução do sistema econômico vigente.

A visão superficial do Serviço Social gera outro transtorno: de que o Assistente Social é um profissional apenas da assistência. As áreas de atuação deste profissional são muitas, e em quantidade insuficiente na atualidade — como na saúde, educação, segurança e sociojurídico. Quando formado de maneira crítica, o (a) assistente social é capacitado para lidar com situações complexas de refrações da questão social, de maneira a viabilizar os direitos garantidos à população atendida. Mais do que isso: ele informa à população e lhes leva o questionamento da causa social dessa situação e quais as maneiras, além das paliativas, para solucioná-las.

José Paulo Netto, na coletânea organizada por Marcelo Braz, faz uma crítica sobre a visão do profissional de Serviço Social como profissional somente da assistência:

O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Esta centralização, que opera a efetiva redução do Serviço Social à "profissão da assistência", teve início no período Fernando Henrique Cardoso e vem sendo aceleradamente induzida desde 2003 — o Estado "lulista" perfila-se como um Estado assistencialista. Se é preciso afirmar que, num país como o Brasil, onde a "dívida social" é insuportável, a assistência é compulsória, é igualmente necessário afirmar que a redução do Serviço Social à "profissão da assistência" configura uma enorme regressão. Tal redução entroniza nos meios profissionais o mito da assistência, tornando um verdadeiro fetiche. (Braz, 2017, p.311-312).

É papel essencial do (da) Assistente Social não se deixar iludir com a ideia simplista de que ao efetivar direitos e operacionalizar programas de transferência de renda para a população atendida a pobreza e a desigualdade no Brasil será erradicada. A crença de medidas reformistas que levam em direção a um “capitalismo humanizado” não é capaz de extinguir as desigualdades inerentes ao capitalismo é apenas um reducionismo que desqualifica a profissão e reafirma ilusões. Para o (a) Assistente Social, a afirmação de direitos é insuficiente e a solução é a real possibilidade da Revolução. O retorno teórico a Marx é essencial para o debate do Serviço Social e a efetiva emancipação humana almejada pela profissão, embora não se limite apenas a ela.

Considerações finais

O presente artigo objetivou apresentar considerações acerca do neoliberalismo enquanto gestão da crise capitalista em curso desde 1970, buscando colorir sua imposição em terras brasileiras a partir da contrarreforma do Estado na década de 1990. O imperativo econômico imposto, trouxe consigo transformações em todos os âmbitos da produção e reprodução social, possuindo como principais frentes a diluição dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal (1988), o sucateamento das políticas sociais como saúde, educação e previdência social e a privatização de instituições públicas.

Neste emaranhado de contradições entre os dispostos da Carta Magna e o ideário neoliberal, encontra-se o dilema do ensino superior e especificamente, do ensino em Serviço Social. Observamos que a expansão do ensino a distância corresponde a uma necessidade do capital em criar novos mercados de valorização ao compasso que busca formar profissionais passivos frente a intensificação da precarização tanto de sua formação quanto dos campos de atuação.

Assim, a formação à distância em Serviço Social impossibilita o desenvolvimento da apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa por não dispor das condições de ensino-aprendizagem que propicie uma análise crítica da realidade, como disposto pela ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS, formando Assistentes Sociais alheios aos dispostos do Projeto Ético-Político hegemônico. Se faz necessário salientar que a precarização do ensino profissional é orquestrada pelos aparelhos do Estado e seus representantes públicos e privados, não sendo o estudante de Serviço Social o “culpado” pela educação acessada.

Apesar de desafiador, os desafios de nosso tempo histórico nos coloca a tarefa de reafirmar cotidianamente os pilares de uma formação crítica em Serviço Social, alinhada com os dispositivos da categoria profissional fundamentados na perspectiva teórica-

metodológica marxiana e marxista, para que possamos nos fortalecer, criticamente, no seio da profissão, a fim de buscar estratégias coletivas frente à barbárie e em defesa intransigente da classe trabalhadora, das instituições de ensino pública, laica, de qualidade e para todos.

Referências:

BRAZ, M; NETTO, JP. **Ensaio de um marxista sem repouso**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central na dialética marxista**. Revista Outubro, v. 15, n. 15, p. 177-193, 2007.

DA SILVA ANSELMO, Gessica Tamires; DA NÓBREGA, Monica Barros; DE ARAUJO, Thamyres Alves. **Neoliberalismo e contrarreforma: rebatimentos na formação e exercício profissional do assistente social**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2019.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Revista Serviço Social & Sociedade, n.104, 2010.

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-718, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2017.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2010.

LIMA, K. R. de S; Pereira, L. D. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Revista *Sociedade em Debate*, 2012.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 50. p.87-132. Abril, 1996.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

RAICHELIS, R. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão (vol.2). CFESS. Brasília (DF) 2020. Disponível em <http://cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> Acesso em 18/05/2024.

SANTANA, R.S; SILVA, J.F.S. **Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social.** Revista Libertas, v 20, n.2, p.351-372, julho/dezembro 2020.

SOUSA, Mariana Teodoro. **Crise do Capital, Ofensiva Neoliberal e imperiosos impactos na Política de Assistência Social.** Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG, 2023.

SILVA, J.F.S. **O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil.** In: SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.

_____. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M.L.O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências.** São Paulo: Cortez, 2019.

VALLE, F.S.M. **A Renovação Crítica do Serviço Social Brasileiro: de BH à Atualidade.** TCC em Serviço Social. UNESP Franca. 60 p., 2022.